

DIAS, Adélio Segredo. Estudo de governo eletrônico de Moçambique e do Estado de São Paulo - Brasil: uma discussão sobre as políticas. 243f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

*A tese tem como objeto de estudo as políticas de governo eletrônico de Moçambique e do Estado de São Paulo-Brasil, como subdomínio das políticas públicas de informação. O estudo que objetivamente analisa os princípios e configurações inerentes à relação entre Estado e Sociedade, no âmbito da política de governo eletrônico, tem como questão principal, saber em que parâmetros essas políticas podem auxiliar nessa relação e, questionar, sobre que abordagem prescritiva deve ser adotada na sua implementação para o desenvolvimento de uma cultura de informação. Para desenvolver o estudo e alcançar os objetivos traçados, a pesquisa embasou-se de uma fundamentação teórica que discute as questões da reforma do Estado, bem como as políticas públicas de informação, buscando compreender o papel destas na relação Estado- sociedade. Na sequência, discute o conceito de governo eletrônico tendo em vista enquadrar o tema da tese. A metodologia proposta situa-se no plano de um estudo qualitativo cuja coleta de dados se circunscreveu em entrevistas e análise documental. Os resultados obtidos apontam que, para o caso de Moçambique, a implementação da política de governo eletrônico se descurou de alguns aspetos previstos na fase da sua formulação, designadamente os que se relacionam com a dimensão da cultura de informação, razão pela qual o processo caracteriza-se por algumas inconsistências. E em relação ao Estado de São Paulo, os resultados permitem concluir que o sucesso da implementação da política deve-se ao empenho do governo no que se refere ao modelo traçado na fase da formulação, bem como no processo de avaliação constante, objetivando mensurar o interesse e apreensão da política por parte dos cidadãos. Contudo, por outro lado, os resultados da pesquisa demonstram que a política de governo eletrônico do Estado de São Paulo necessita de transitar para a fase de maior participação dos cidadãos nos processos do governo e uma integração efetiva entre os setores públicos, designadamente, municipal, estadual e federal.*